

# Apresentação: Dossiê Memória, conflitos e relações

**Presentation:** Dossier Memory, conflict and relations

**Presentación:** Dossier Memoria, conflictos y relaciones

**Melvina  
ARAÚJO**

[melvina.araujo@unifesp.br](mailto:melvina.araujo@unifesp.br)

Universidade Federal de São Paulo.

**Clayton  
GUERREIRO**

[clayton.guerreiro@yahoo.com.br](mailto:clayton.guerreiro@yahoo.com.br)

Universidade Federal de São Paulo.

**Zacarias  
CHAMBE**

[zacariastsambe@gmail.com](mailto:zacariastsambe@gmail.com)

Universidade Federal de São Paulo e Universidade Rovuma, Cabo Delgado, Moçambique.

6

*Na introdução deste dossiê fazemos por uma discussão sobre a temática da memória, passando por referências do novo romance africano, autobiografias ou livros-reportagem sobre o período colonial africano e sobre eventos que sucederam as independências nos anos 60 e 70 do século passado, assim como por discussões teóricas ligadas à questão da experiência. Inserimos no bojo dessas discussões algumas pontes entre as temáticas tratadas pelos artigos que compõem este dossiê que, embora realizados em espaços e contextos heterogêneos, nos lembram a importância e atualidade de investigação dos “fantasmas de memória” nos termos referidos por Carsten (2007).*

**Palavras-Chave:** memória; conflitos; relações.

*In the introduction to this dossier, we discuss the theme of memory, including references to the new African novel, autobiographies and reportage books on the African colonial period and the events that followed independence in the 1960s and 1970s, as well as theoretical discussions linked to the question of experience. During these discussions, we have inserted some bridges between the themes dealt with by the articles that make up this dossier which, although carried out in heterogeneous spaces and contexts, remind us of the importance and topicality of investigating the “ghosts of memory” in the terms referred to by Carsten (2007).*

**Keywords:** Memory; Conflict; Relations.

*En la introducción de este dossier, abordamos el tema de la memoria, incluyendo referencias a la nueva novela africana, autobiografías y libros de reportajes sobre el período colonial africano y los acontecimientos que siguieron a la independencia en las décadas de 1960 y 1970, así como discusiones teóricas vinculadas a la cuestión de la experiencia. En medio de estas discusiones, hemos insertado algunos puentes entre los temas abordados por los artículos que componen este dossier que, aunque producidos en espacios y contextos heterogéneos, nos recuerdan la importancia y la actualidad de investigar los «fantasmas de la memoria» en los términos referidos por Carsten (2007).*

**Palabras clave:** *Memoria; conflictos; relaciones*

*“Depois, nunca mais se falou no assunto, como uma esponja que tirou isso da memória. [...] As pessoas decidiram colocar a tampa, para os demônios não regressarem. Isso é um desejo maior, que era o desejo da paz”.*  
(Mia Couto)

**A** epígrafe que abre esse artigo foi retirada de uma matéria publicada no blog Boitempo, assinado pelo jornalista e escritor brasileiro Urariano Mota. O texto baseia-se em duas palestras de Mia Couto em 2012, em Pernambuco (Brasil), ocasião em que o escritor moçambicano fora convidado a falar sobre memórias, esquecimentos e identidades e concedeu uma entrevista ao referido jornalista. O

“assunto” de que trata o excerto é a Guerra dos 16 anos<sup>1</sup>, um violento conflito entre 1977 e 1992, protagonizado pelo então recém-formado governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)<sup>2</sup>. O episódio deixou um triste saldo de cerca de 1 milhão de mortos, além de milhões de pessoas afetadas pela guerra de diferentes maneiras, como ferimentos graves, traumas, deslocamentos e fome,

<sup>1</sup> Há vários anos existe um debate sobre a denominação deste conflito, também chamado de Guerra Civil ou Guerra de desestabilização (ver Geffray, 1990). Uma corrente defende que esta guerra deve ser chamada de “desestabilização”, porque o seu único objetivo era mesmo a desestabilização do governo da Frelimo, devido à sua orientação marxista leninista e pelo apoio que prestava para o ANC da África do Sul na luta antiapartheid. Em oposição, outra corrente defende que o governo da Frelimo, após a independência, adotou um modelo de governação que facilitava o nepotismo, clientelismo, elitismo e era antidemocrático. Sendo assim, a guerra foi iniciada para instaurar a democracia multipartidária, tendo sido chamada “guerra pela democracia” (ver: Cahen, 2004 e Geffray, 1990).

<sup>2</sup> A Renamo foi um movimento de guerrilha inicialmente designado MNR (Movimento de Resistência Nacional). Inicialmente liderada por André Matsangaíça (1950-1979), seus membros passaram a ser conhecidos como ‘matsangas’ ou ‘matsangaíças’. Posteriormente, foi liderada por Afonso Dhlakama (1953-2018).

resultando numa desorganização quase total da sociedade, incapaz, a partir de então, de resistir às secas e inundações que se seguiram (Cahen, 2004).

O foco da matéria aludida não é a guerra em si, mas os embates que Urariano Mota teria travado com Mia Couto a respeito de memórias e esquecimentos. Depois de relatar o ambiente festivo do evento na Universidade Federal de Pernambuco, quando a frase da epígrafe teria sido dita, o jornalista brasileiro não se furtou a enfatizar que ele mesmo teria sido o responsável por romper com o “clima de confraternização” daquela palestra, ao rechaçar as afirmações de Mia Couto sobre o tema.

*Mia, você afirmou que no processo de reconstrução de Moçambique se adotou o esquecimento como estratégia para a paz. Você, como escritor, deve escrever melhor do que fala. A sua frase, de esquecer para a paz, é muito perigosa neste momento do Brasil. Aqui estamos em pleno instante da Comissão da Memória e da Verdade. Nós não podemos esquecer, Mia. [...] (Mota, 2012).*

Não é difícil acreditar nas palavras do articulista sobre o constrangimento generalizado do público diante de sua fala, que confrontava um celebrado escritor da lusofonia. Mais do que isso, o jornalista nos conta que a relação embaraçosa se estendeu para além do evento, quando ele entrevistou Mia Couto. Para Urariano Mota, o problema se agravou porque o escritor moçambicano teria admitido, na entrevista, ter sido “infeliz” em sua fala sobre esquecimento, mas repetiria a tese do apagamento na palestra seguinte, ainda em Pernambuco. Nas duas ocasiões, avalia o jornalista, Mia Couto teria assumido

a “deslembração de Moçambique” e falado como “se fosse um português envergonhado do passado colonial”.

Nos deparamos, então, com um moçambicano que presenciou uma violenta guerra no país e que, frustrando a expectativa do referido jornalista, avaliou que o suposto esquecimento da guerra pelos moçambicanos teria sido uma estratégia de construção da paz. Cerca de dez anos depois do episódio, aliás, Mia Couto insistiria na tese do silêncio em outra entrevista. Baseando-se em episódios vividos em sua infância na cidade de Beira, zona central de Moçambique, o autor defenderia que “a memória é feita de ficção, não é uma conquista dos factos”, uma vez que “o passado não vem ali revelar-se inteiramente”. Em sua apologia da deslembração, ele ainda afirmaria, em um tom quase bergsoniano, que “o esquecimento não é uma falha, é uma substituição de narrativas. Abandonamos uma narrativa porque há outra que se sobrepôs”.

À época do episódio citado nas primeiras linhas desse artigo, em 2012, do lado oposto de Mia Couto, estava um jornalista que viveu os horrores da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e ressaltava a importância dos trabalhos de investigação da então recém-instalada Comissão da Memória e da Verdade. O objetivo da comissão, não nos esqueçamos, era investigar os crimes de violação de direitos humanos (como sequestros, torturas e assassinatos) durante os sombrios 21 anos de ditadura<sup>3</sup>, os quais ainda permanecem na cena pública brasileira como “fantasmas de memória” (Carsten, 2007).

\*\*\*

<sup>3</sup> As falas de Mia Couto nos referidos eventos reverberaram em Moçambique, onde se instalou um debate a respeito das questões levantadas pelo escritor, quais sejam, memória, esquecimento e silenciamento.

Ao trazer os episódios acima à baila, nosso objetivo não é participar do debate entre os dois literatos, mas, ao iniciarmos o texto com essa vinheta, buscamos oferecer ao leitor um notório exemplo do quanto o tema da memória é tanto contemporâneo como capaz de suscitar sensibilidades e relações conflituosas. A situação coaduna, de certa forma, com a afirmação de Michael Pollak (1989, p. 4) de que há uma contemporânea predileção dos pesquisadores “pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade”. Essa ênfase, avança o autor, está ligada às hodiernas “batalhas” que, em muitos momentos, envolvem conflitos entre a “memória coletiva nacional”, seletiva, organizada e resultante de um “enquadramento de memória” (Halbwachs, 1968), e o que ele chama de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989, p. 4). Contudo, diferentemente de Pollak e outros tantos especialistas no tema, cujos trabalhos voltaram-se quase que exclusivamente aos acontecimentos históricos do século XX no continente europeu<sup>4</sup> e se servem principalmente do método da história oral, esse dossiê prioriza trabalhos, sobretudo de cunho antropológico, que versam sobre contextos africanos e afrodiaspóricos contemporâneos.

Sakiru Adebayo é um dos autores pioneiros na proposição de um diálogo profícuo entre os estudos africanos e os estudos sobre memória. O autor parte de um diálogo com Richard Werbner (1998), para quem os países africanos no período pós-independência (Adebayo usa o termo

pós-colonial)<sup>5</sup> estariam vivenciando uma “crise de memória” expressa em situações como “amnésia institucionalizada, mnemocídio, repressão estatal e elusividade arquivística” (Adebayo, 2024, p. 1-2). Os dois parecem concordar quanto ao diagnóstico do problema, mas Adebayo (2023, 2024) sugere substituir a palavra “crise” por “fricção”, apostando, assim, na categoria “fricção de memória”.

Em boa parte de sua tese, posteriormente transformada em livro, Adebayo analisa romances - como *Half of a Yellow Sun*<sup>6</sup>, de Chimamanda Adichie (2006), e *The memory of love*, de Aminatta Forna (2010) – que versam, respectivamente, sobre os contextos pós-conflitos na Nigéria (Guerra de Biafra) e em Serra Leoa<sup>7</sup>. Para o autor, obras como as de Adichie e Forna seriam “ficções africanas pós-coloniais” que lidam não apenas com fricções de memória, mas também podem se tornar fontes dessas fricções. Ou seja, são ficções que descrevem ou podem produzir atritos. Um bom exemplo disso, lembra Adebayo, foi o banimento, por parte do governo nigeriano, da adaptação do romance de Adichie para o cinema, em 2013, alegando-se que a película poderia incitar violência étnica. Em frontal discordância com o governo nigeriano, a autora publicou um artigo na revista *The New Yorker*, em que argumentou que a supressão da memória resultaria tanto “de um passado não examinado” da Nigéria quanto “do trauma de anos de ditadura militar” que o país vivenciou, os quais teriam produzido um sentimento de segredo na vida pública nigeriana (Adichie, 2014).

<sup>4</sup> Boa parte dos trabalhos publicados na área dos *memories studies* emprega categorias analíticas e exemplos práticos sobre a Europa. Adebayo (2023, 2024) é um dos primeiros a tentar conectar os estudos sobre memória e os estudos africanos.

<sup>5</sup> Ver Cahen e Braga (2018).

<sup>6</sup> Publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras sob o título *Meio sol amarelo*.

<sup>7</sup> Adebayo propõe um debate com a noção de “pós-memória”, cunhado por Marianne Hirsch (2012), com o intuito de compreender a transmissão transgeracional do trauma. Para um debate crítico sobre as contingências do conceito, ver Sarlo (2007) e Vecchi (2021).



Na proposta de Adebayo, “fricção” busca “descrever as várias memórias de conflitos e conflitos de memória” que aparecem nos textos literários sobre conflitos em contextos pós-independência em África. Com base nessa discussão, acreditamos que a noção de “fricção” tem um potencial analítico interessante, mas pode ser ampliada. Primeiro, como procuramos ilustrar com a vinheta que abre esse texto, ao invés de focar somente em contextos pós-independência em África, pode-se partir desses contextos para pensar em conflitos sobre memória que envolvam múltiplas temporalidades e espacialidades. As “fricções de memória” contemporâneas, portanto, se espalham pelos continentes europeu, americano e africano e são particularmente urgentes em contextos contemporâneos que vivenciaram experiências coloniais e processos violentos recentes, como as ditaduras pós-independência em países africanos e a ditadura cívico-militar no Brasil.

Em segundo lugar, a categoria “fricção de memória” poderia transbordar dos estudos de teoria literária e dos trabalhos ficcionais para a Antropologia, constituindo-se em uma ferramenta analítica útil para compreender tanto as “memórias de conflitos” quanto os “conflitos de memória” que caracterizam os contextos africanos e afrodiáspóricos contemporâneos que os trabalhos etnográficos desse dossiê abordam. Nesse caso, pode-se tanto prestar atenção aos conflitos *per se* quanto às experiências por meio dos quais memórias, esquecimentos, silenciamentos e traumas a respeito desses conflitos foram (ou são) produzidos<sup>8</sup>.

## 1. Desmembramentos e rearticulações

Tão equivocado quanto reduzir a história da África ao colonialismo (Mudimbe, 1988) é negar que os contextos africanos e afrodiáspóricos contemporâneos ainda sofrem com os efeitos dos diferentes regimes coloniais. Alguns acadêmicos e literatos africanos têm insistido que, apesar das diferentes nuances do colonialismo, mais ou menos poderosos ou capazes de impor seus desejos violentos em múltiplos contextos, os regimes coloniais se caracterizam por ações violentas (físicas ou simbólicas) de desarticulação. Diversos trabalhos acadêmicos e obras de literatura (romances, autobiografias ou livros-reportagem) que abordam conflitos no continente africano – tanto os do período colonial quanto os que sucederam as independências dos países africanos após as décadas de 1950-1970 – demonstram episódios de violência extrema e desmembramento de corpos e desarticulações políticas, linguísticas e culturais. Para ficar somente em alguns deles, citamos: *“La cause des armes au Mozambique”*, de Christian Geffray (1990); *Gostaríamos de informá-los que amanhã seremos mortos com nossas famílias*, de Phillip Gourevitch (2006); *Veu de morte numa noite de luar*, de Diamantino Guapo Antunes (2013); *Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado*, de Ismael Beah (2015); *Um grão de trigo*, de Ngugi wa Thiong’o (2015); *Baratas*, de Scholastique Mukasonga (2018); e *Tempos de fúria: Memórias do massacre de Homoïne*, de Hassane Armando (2018).

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a noção de “fricção de memória” proposta por Adebayo se distingue da noção de “fricção interétnica”, de Roberto Cardoso Oliveira (1963), apesar de terem como ponto comum o enfoque na existência de conflitos.

Um dos intelectuais africanos pioneiros nesse tema é Chinua Achebe, autor de *“O mundo se despedaça”*. Usando uma metáfora poderosa para destacar a desarticulação produzida pelo colonialismo, ele coloca em diálogo dois de seus personagens para explicar as causas e efeitos desse processo de desfiguração. Obierika, o líder da aldeia Umuofia, explica ao guerreiro Okonkwo como se deu a desintegração em sua aldeia, atribuindo esse processo ao papel de um missionário cristão:

*O homem branco é muito esperto. Chegou calma e pacificamente com sua religião. Nós achamos graça nas bobagens deles e permitimos que ficasse em nossa terra. Agora, ele conquistou até nossos irmãos, e o nosso clã já não pode atuar como tal. **Ele cortou com uma faca o que nos mantinha unidos, e nós nos despedaçamos** (Achebe, 1958 [2009], p. 198, grifo nosso).*

Enquanto Chinua Achebe ressalta o papel da religião no processo de desarticulação, Achille Mbembe destaca outros aspectos, como a violência política e os desusos da memória. Em *“Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada”*, Mbembe compara a supremacia colonial a um estado permanente de guerra que não se configurou plenamente como tal porque um dos lados não dispunha de armas. Os processos conflitivos, classificados ou não como guerras, teriam resultado em “nativos [que] saíram desse confronto “dilacerados,

desintegrados e desfigurados” (Mbembe, 2014, p. 76). Mbembe (2014) argumenta que determinadas potências coloniais são afetadas por “doenças pós-tumais da memória”, esquecendo-se de seus papéis ativos na violência contra os povos africanos. Para ilustrar seu argumento, ele toma o exemplo da Argélia, onde os franceses estiveram por quase 150 anos e deixaram um rastro de tortura e morte. Atualmente, lembra o autor, decorre um “processo de ocultação e de esquecimento arquitetado” que consiste, entre outros aspectos, em usar o eufemismo “acontecimentos de Argélia” para designar a guerra, escamotear os episódios de tortura cometidos pelo exército francês e tratar os “colonos”, não os “nativos”, como vítimas da colonização.

O “mundo despedaçado” e os nativos “dilacerados” apontados por Achebe (1958 [2009]) e Mbembe (2014), respectivamente, se assemelham ao processo de “desmembramento” descrito pelo intelectual queniano Ngũgĩ wa Thiong’o. Em um trabalho que aborda colonialismo, literatura africana e memória, Thiong’o recorre ao seu talento literário para ilustrar o papel desarticulador do colonialismo no continente africano, separando a memória do sujeito colonial de sua comunidade, por meio de elementos como língua, política, violência e religião.

Thiong’o evoca duas figuras históricas do continente africano para ilustrar seu argumento sobre os desmembramentos coloniais. Waiyaki wa Hinga foi um líder kikuyu<sup>9</sup> que viveu até o fim do século XIX

<sup>9</sup> Conhecido líder kikuyu, de origem maasai (Otieno, 1998), ele inicialmente colaborou com os britânicos, mas opôs-se a eles quando deixaram de cumprir os acordos feitos no início da ocupação britânica. Dado seu papel de liderança de um movimento contra agentes coloniais britânicos, foi aprisionado e morto. Entretanto, durante o período colonial, Waiyaki era citado como um líder kikuyu amigo dos britânicos, que teria tido um importante papel em seu estabelecimento no Quênia. Sua bisneta, Wambui Waiyaki Otieno, antiga guerrilheira Mau Mau, após a independência do Quênia, se empenhou na reescrita de sua história, incluindo nela a organização de uma luta contra os colonizadores.

e, já no século XX, em meio à luta contra a dominação colonial britânica, passou a ser lembrado como um símbolo de resistência pelo movimento Mau Mau<sup>10</sup>, que buscava a retomada das terras retiradas dos kikuyus e a liberdade para que pudessem voltar a gerir suas próprias vidas. Já Hintsa kaKhawuta é considerado o mais renomado rei do povo xhosa (África do Sul) e é tido atualmente como um herói, sobretudo devido ao seu papel de resistência ao colonialismo britânico, até ser assassinado pelos agentes coloniais em 1835.

Em que pese a distância temporal e espacial entre os dois casos, Thiong'o enxerga alguns pontos comuns entre essas histórias e usa os dois personagens como exemplos importantes para a discussão sobre memória. Waiyaki teria sido enterrado vivo (de cabeça para baixo) pelos agentes coloniais britânicos. Hintsa, por sua vez, teria tido o corpo desmembrado e a cabeça cortada e exibida como um troféu da vitória britânica na guerra contra o povo xhosa. Apesar de tomar os dois casos como exemplos da violência colonial, Thiong'o não está preocupado com episódios literais de desmembramentos, tanto é que, propositalmente ou não, dispensa o trabalho de crítica das fontes e ignora os detalhes não confirmados e controversos<sup>11</sup> em torno das mortes de Hintsa e Waiyaki. Mais preocupado com o simbolismo das histórias, Thiong'o considera que a decapitação de Hintsa e o enterro de Waiyaki representam o desmembramento produzido pelo colonialismo europeu no continente

africano e na diáspora, evidenciado, entre outros fatores, por imposições linguísticas europeias e apagamentos de topônimos em África. Conforme o argumento de Thiong'o, isso ocorreu em dois estágios. O primeiro tem como pontos centrais o comércio de pessoas escravizadas, a colonização da América e do Caribe e o estabelecimento do sistema de plantation na região, em um processo por meio do qual a "personalidade africana" teria se dividido em duas: "o continente e sua diáspora" (Thiong'o, 2009, p. 5). O segundo estágio de desmembramento da África teria sido a Conferência de Berlim, evento geralmente apontado como um marco fundamental do processo de fragmentação daquele continente. Com isso, ele se refere às reuniões entre países europeus, o Império Turco-Otomano e os Estados Unidos, nos anos de 1884 e 1885, as quais buscavam estabelecer acordos relativos à liberdade de comércio e navegação nos rios Congo e Niger e regulamentar as possíveis anexações de territórios no continente africano com o intuito de colonização e exploração.

Se o processo de fragmentação da África e dos contextos afrodiaspóricos teve na memória um ponto fulcral, seu oposto também é verdadeiro. Movimentos como o etiopismo, o garveísmo e o panafricanismo, para ficar apenas nos exemplos dados por Thiong'o, são evidências de recurso às lembranças do continente e da diáspora e tentativas de conectar elementos outrora fragmentados pelos poderes coloniais. Em direção semelhante, Adebayo chega a

<sup>10</sup> Movimento, revolta, guerrilha Mau Mau ou Land and Freedom Army constitui-se a partir de um longo processo de destituição de terras dos habitantes da região central do Quênia – que abriga populações fortemente ligadas à agricultura, cujas noções de constituição de si passam pela posse fundiária – por colonos europeus, assim como da liberdade auto-organização da vida (Araújo, 2021, 2023).

<sup>11</sup> Para um debate sobre os fatos envolvendo a morte de Hintsa, ver Lalu (2009). Sobre a história de Waiyaki, ver Otieno (1998).

propor a noção de “memória transnacional africana” como uma ferramenta que, segundo ele, permitiria que diferentes povos africanos, em oposição aos projetos coloniais de eliminação da memória, possam “imaginar e teorizar uma memória coletiva africana” (2024, p. 220 - 221).

Projetos políticos e teóricos, como os supracitados, integram um mesmo desejo: o de rearticular, com recurso à memória, aquilo que fora desintegrado. Ora, se desmembrar implica em fazer apagar, esquecer ou substituir memórias, o trabalho de memória é, sobretudo, uma operação de articulação, ao reunir e organizar elementos outrora fragmentados (culturais, políticos, artísticos, religiosos, linguísticos etc.). Com um olhar voltado especialmente para a diáspora, portanto fora do continente africano, Stuart Hall serviu-se sobretudo da noção de “articulação” para pensar em processos de formação de conexões ou vínculos que, segundo ele, necessitam de “condições particulares para sua emergência”, ao mesmo tempo que possibilitam a dissolução de antigos “vínculos” e a elaboração de “novas conexões”, às quais ele nomeia como “rearticulações” (Hall, 2003, p. 196). Podemos dizer, portanto, que “fricções de memória” são também o resultado de fricções entre “desmembramentos” e “rearticulações”, feitas, desfeitas e/ou refeitas a partir de processos (conflituosos ou não) de lembranças, esquecimentos e silenciamentos.

## ***2. Experiências: práticas de lembrar e esquecer***

Desde Maurice Halbwachs, pelo menos, os cientistas sociais passaram a abordar a memória como uma questão menos individual e subjetiva e mais coletiva. A influência durkheimiana no trabalho de Halbwachs faz com que sua análise enfatize o caráter coercitivo das relações sociais

e o papel da memória nessas relações, deixando pouco espaço para os conflitos em torno do tema. A noção de memória cunhada por Halbwachs tem também sido criticada por essencializar características individuais como reflexos do coletivo e por ter dado lugar à sua apropriação pelo senso comum, que a utiliza, por vezes, a partir de uma perspectiva normativa carregada de afetos, tal como a ideia de “dever de memória”, segundo a qual é preciso se lembrar para honrar aqueles que vivenciaram um determinado evento ou processo. Para evitar esses riscos, Benoît de L’Estoile (2023) sugere o abandono da noção de memória em favor de noções tais como “comemoração” ou “práticas de relembrar”. Ao fazer isso, o autor sublinha aspectos que escapam à noção de memória coletiva tal qual formulada por Halbwachs, como os processos vinculados ao ato de lembrar e à agência dos atores neles inseridos.

Ao propor o abandono da noção de memória, L’Estoile assinala outrossim que, ao ser relacionada a processos de esquecimento ou negação, por exemplo, acaba-se resvalando para o campo semântico da psicologia ou da psicanálise. Ao contrário do que faz este autor, outras autoras, apesar de concordarem com a necessidade de se retirar da noção de memória componentes advindos de uma abordagem estritamente durkheimiana<sup>12</sup> e com a perspectiva de que aquilo que é rememorado hoje o é a partir de um contexto envolvendo atores e acontecimentos atuais, têm justamente chamado a atenção para contribuições que disciplinas como a psicanálise e a psicologia podem dar para a compreensão de processos de produção de memória.

Grace Cho (2008), por exemplo, parte de uma noção bastante enraizada no campo da psicanálise e da psicologia, a de trauma (ela afirma ter escrito um texto traumatizado), para discutir formas de reconstrução do passado num contexto



no qual não há lugar para rememoração por parte daquelas que passaram pela experiência da guerra na Coreia e viveram o trauma de terem sido trabalhadoras do sexo – prostitutas ou esposas de soldados americanos – como forma de salvar suas próprias sobrevivências, bem como a de seus familiares. A memória desse tempo só pode tornar-se perceptível, contínua, a partir de assombrações tais como a teoria sociológica, traumas transmitidos entre gerações (a autora é filha de uma dessas mulheres e se inclui entre as “assombradas” pela memória da guerra), corpos, relações afetivas etc.

A questão da percepção de traumas e uso do corpo e das capacidades sensoriais como instrumentos de produção de conhecimento, assim como a relativa à realização de pesquisa num contexto familiar, é também trabalhada por Veena Das (2020). Partindo da noção de “evento crítico” – um constructo histórico que constitui uma ruptura, mas que mantém uma relação intrínseca com o cotidiano –, a autora discorre sobre traumas de mulheres que passaram pela experiência de rapto, estupro e morte social no processo de partição da Índia, salientando a interdição – moral e política – de se falar sobre o tema. Embora silenciada, a memória desses eventos se mantém nos relacionamentos existentes “como o padrão de fundo em uma trama, sempre presente e ainda não totalmente visível” (p. 35), criando um “conhecimento venenoso”, que, se explicitado, pode colocar em risco o frágil equilíbrio das relações de parentesco, vizinhança etc.

As reflexões de Das instigaram Rodrigo Domenech no artigo que compõe este dossiê, Cotidiano e memória da

independência moçambicana: reflexões da machamba, a pensar acerca do entranhamento de experiências vividas no decorrer da independência moçambicana, tomada como “evento crítico”, na vida concreta e cotidiana das pessoas das machambas (terrenos agrícolas) em áreas rurais do Sul Moçambique. Assim como Rodrigo Domenech, Francesca Declich, no artigo *Historical memories on slavery in southern Somalia and Cabo Delgado, Mozambique: slavery versus forced labour*, analisa como a memória compartilhada da escravidão aparece como uma trama que parece balizar a maneira como anciãos da Ilha do Ibo, litoral norte de Moçambique, interpretam as experiências de trabalho forçado e trabalho “livre”, o que, por vezes, resulta até mesmo na elaboração de narrativas que parecem justificar aspectos e relações do tempo da escravidão.

Os artigos escritos por Bruna da Penha de Mendonça Coelho e Vanessa Durando também acentuam as experiências e tensões em torno dos processos de lembrança, esquecimento e apagamento, malgrado seus trabalhos estejam localizados em contextos empíricos fora do continente africano. Em “Será que eu serei o dono dessa festa?": Memória, carnavais e as expectativas constituintes, Bruna Coelho se debruça sobre os sambas-enredo e desfiles do carnaval nas décadas de 1980 e 1990 e tenta compreender as expectativas, contradições e complexidades envolvidas no processo de passagem da ditadura civil-militar para o regime democrático no Brasil. Ao fazê-lo, a autora destaca que tanto a elaboração da Constituição de

---

<sup>12</sup> Marilyn Strathern (2020), no bojo da crítica que faz sobre a perspectiva durkheimiana – segundo a qual os indivíduos são formados pela sociedade – propõe um enfoque calcado no potencial crítico existente na explicitação das relações, que possibilitam a geração de formas e capacidades inesperadas a partir de novas relações.

1988 quanto as promessas e expectativas em torno desse dispositivo normativo não estavam calcadas em abstrações, mas em uma materialidade social, complexa e contraditória que, de certa maneira, dependia das narrativas e memórias acionadas nos debates da constituinte, como foi o caso do histórico discurso do líder e ativista indígena Ailton Krenak no Congresso Nacional, reivindicando os direitos dos povos indígenas.

De forma ainda mais direta, o artigo Novos e velhos ferramiu: o Balôn como mercado em transformação, escrito por Vanessa Durando, refere-se à “memória e seus processos de apagamento e rearticulação” como um elemento que opera na organização da vida social. A autora parte da discussão de fragmentos etnográficos coletados durante trabalho de campo no mercado Balôn, em Turim (Itália), onde prevalecem as memórias a respeito do ferramiu, um antigo coletor e vendedor de ferros e materiais usados, tido como uma figura “tradicional” em torno do qual surgiu a referida feira. Como nos mostra a autora, há uma tensão contemporânea, relativa à disputa do espaço, que envolve não somente a modulação de memórias, mas também as disputas em torno da presença de migrantes, sobretudo africanos, em um espaço considerado “tradicional”.

O que se acentua, nesses quatro artigos, são conflitos entre, por um lado, versões (oficiais, não oficiais, produzidas em diferentes momentos históricos) sobre os eventos narrados e, por outro, a importância do contexto experiencial atual dessas pessoas na seleção de aspectos dos eventos narrados e na forma como são valorados.

Os conflitos, mesmo quando se parte de perspectivas que poderiam ser remetidas ao campo da psicologia ou da psicanálise, tal como argumenta L’Estoile (2023), são inerentes não apenas aos dados analisados, mas, sobretudo, ao instrumental analítico. Disputas e conflitos em torno da memória – ou de versões da memória – podem ser interpretados como recursos de posicionamentos no presente a partir de reflexões sobre o passado (Fouéré, 2010). Esquecimento, silenciamento, rememoração são termos imbuídos de carga política, que implicam ações concretas por parte dos atores que as performam. A seleção dos eventos ou de aspectos de acontecimentos históricos a serem documentados, como bem afirma Trouillot (2016), é feita a partir de decisões sobre o que deve ser considerado digno de ser registrado. Ou seja, o esquecimento ou apagamento de versões conflitantes sobre o desenrolar de determinados conflitos é uma decisão política que tem impacto sobre as formas de interpretação de determinados acontecimentos no presente e no futuro.

Em suma, esperamos ter deixado claro em nosso argumento que conflitos são elementos fundamentais em processos relacionais que envolvem memórias, lembranças, desmemórias, esquecimentos, silenciamentos e apagamentos. Os artigos que seguem certamente ajudarão a dar um pouco mais de concretude aos argumentos aqui desenvolvidos. Boa leitura!



## Referências Bibliográficas

ACHEBE, C. (1958 [2009]). *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras.

ADEBAYO, S. (2023). *Continuous Pasts: Frictions of Memory in Postcolonial Africa*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

ADEBAYO, S. (2024). Continuous Pasts, Arrested Futures: Memory, Fiction, and the Postcolonial Condition in Africa. *The Cambridge Journal of Postcolonial Literary Inquiry*, v. 11(2), p. 1-8. <https://doi.org/10.1017/pli.2024.7>

ADICHIE, C. (2006). *Half of a Yellow Sun*. London: Harper Perennial.

ADICHIE, C. (2014). Hiding from our past. *The New Yorker*, Nova York. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/hiding-from-our-past>. Acesso em: 16 out. 2014.

ANTUNES, D. G. (2013). *Véu de morte numa noite de luar história dos 24 catequistas do Guiúá, mártires de Moçambique*. Fátima: Consolata, D.L.

ARAÚJO, M. (2021). Missionaries and Guerrillas. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 40(3), p. 481-495. <https://doi.org/10.25091/S01013300202100030008>

ARAÚJO, M. (2023). Escrevendo a diferença. *Afroasia*, n. 67, p. 247-275. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i67.53163>

ARMANDO, H. (2018). *Tempos de fúria: Memórias do massacre de Homóine, 18 de julho de 1987*. 1. ed. Lisboa: Colibri.

BEAH, I. (2015). *Muito Longe de Casa - Memórias de um Menino-soldado*. São Paulo: Companhia do Bolso.

CAHEN, M. (2004). *Os Outros: Um historiador em Moçambique, 1994*. Tradução: Fátima Mendonça. Klosterberg: PSP.

CAHEN, M.; BRAGA, R. (org.). (2018). *Para além do pós (-) colonial*. 1. ed. São Paulo: Alameda.

CARSTEN, J. (org.). (2007). *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Malden: Blackwell.

CHO, G. (2008). *Haunting the Korean Diaspora. Shame, Secrecy, and the Forgotten War*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

DAS, V. (2020). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp.

FORNA, A. (2010). *The Memory of Love*. London: Bloomsbury Publishing.

FOUÉRE, M. A. (2010). La mémoire au prisme du politique. *Cahiers d'études africaines*, n. 197, p. 5-24. <https://doi.org/10.4000/etudesaficaines.15768>

GEFFRAY, C. (1990). *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Karthala/Nairobi: Credu.

GOUREVITCH, P. (2006). *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras.

HALBWACHS, M. (1968). *La mémoire collective*. Paris: PUF.

HALL, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.

HIRSCH, M. (2012). *The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. New York: Columbia University Press.

LALU, P. (2009). *The deaths of Hints: postapartheid South Africa and the shape of recurring pasts*. Cape Town: HSRC Press.

L'ESTOILE, B. (2023). Colonial Legacies in Comparative Perspective: A View from Portugal. In: E. PERALTA; N. RODRIGUES (ed.). *Legacies of the Portuguese Colonial Empire. Nationalism, Popular Culture and Citizenship*. London: Bloomsbury Publishing Plc, p. vii-xvi.

MBEMBE, A. (2014). *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes.

MOTA, U. (2012). Mia Couto e a memória. *Blog Boitempo*, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/27/mia-couto-e-a-memoria/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MUDIMBE, V. Y. (1988). *The invention of Africa*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press; Londres: James Currey.

MUKASONGA, S. (2018). *Baratas*. São Paulo: Editora Noz.

OLIVEIRA, R. C. (1963). Aculturação e “fricção interétnica”. *América Latina*, v. 6, n. 3, p. 33-46.

OTIENO, W. W. (1998). *Mau Mau's Daughter: a life history*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers.

POLLAK, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15.

SARLO, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Companhia das Letras.

STRATHERN, M. (2020). *Relations: an anthropological account*. Durham: Duke University Press.

THIONG'O, N. (2009). *Something torn and new: an African Renaissance*. New York: Basic Civitas Books.

THIONG'O, N. (2015). *Um grão de trigo*. São Paulo: Companhia das Letras.

TROUILLOT, M-R. (2016). *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya.

VECCHI, R. (2021). A crise da pós-memória e o horizonte das sobrevivências: campos de batalha da memória no Brasil contemporâneo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 64, p. 1-11. <https://doi.org/10.1590/2316-4018645>

WERBNER, R. (1998). *Memory and the Postcolony*. New York: Bloomsbury Publishing.